



Atual 1 Orçamento do Estado

Imposto só no Natal tira 70 milhões por mês a Gaspar

Proposta. Deputados da maioria equacionam propor que sobretaxa seja cobrada de uma vez só. Mas esperam resposta de Gaspar

LUCÍLIA TIAGO

Os deputados da maioria governamental estão a "estudar com o Ministério das Finanças" a possibilidade de a sobretaxa de 4% do IRS ser aplicada nos subsídios de férias e/ou de Natal em vez de todos os meses, como prevê a proposta do Orçamento do Estado para 2013. Se aceitar, Vítor Gaspar receberá de uma vez perto de 960 milhões de euros, mas perderá a "folga" de cerca de 70 milhões de euros que esta sobretaxa deverá "render" todos os meses ao longo do próximo ano.

A questão não é de valor, mas de *timing*. Em termos contabilísticos, os trabalhadores por conta de outrem e pensionistas deverão ser chamados a pagar cerca de 80% desta sobretaxa, ou seja, cerca de 960 milhões dos 1,2 mil milhões de receita prevista. Na apresentação do OE 2013, o ministro das Finanças precisou que havia tempo

para que a sobretaxa começasse a ser cobrada logo no início do ano, ao ritmo de "retenções" mensais. Do lado do Estado, esta cobrança mensal tem desde logo a vantagem de aumentar a receita do IRS em cerca de 70 milhões de euros por mês – incluindo aqui a parcela que será paga pelos trabalhadores dos sectores privado e público e os pensionistas. Mas para o contribuinte este ritmo mensal traduzir-se-á numa quebra ainda maior do rendimento disponível.

Esta preocupação foi um dos motivos que levaram os deputados do PSD e do CDS-PP a equacionar avançar com uma proposta de alteração para que a sobretaxa seja cobrada no momento do pagamento dos subsídios ou mesmo concentrada num único, co-

mo sucedeu no Natal de 2011.

Em declarações ao DN/Dinheiro Vivo, o deputado social-democrata Paulo Batista Santos referiu que esta matéria está a ser estudada em "diálogo" com o Governo, pela necessidade que existe em articular esta medida com as exigências do ajustamento orçamental. Caso o Ministério das Finanças aceite concentrar a cobrança, terá também de ficar definido se esta será aplicada em um ou em dois momentos. Ainda que no sector privado a generalidade das empresas pague o subsídio de Natal em novembro ou início de dezembro, no de férias não existe uniformidade. A par do *timing* de aplicação, a discussão em torno desta proposta – que, caso avance, terá

de ser apresentada até 16 de novembro – deverá também rever o tipo de rendimentos que serão chamados a pagar esta sobretaxa. Ao contrário de 2011, desta vez os rendimentos prediais e as mais-valias bolsistas estão de fora destes 4% adicionais.

Além de não reduzir tanto o rendimento mensal das famílias, já afetado por causa da reorganização dos escalões do IRS e mudança nas tabelas de retenção, a concentração no final do ano é também uma questão de legalidade, conforme acentua o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. É que, refere, fazer as pessoas antecipar o pagamento de rendimentos ainda não auferidos "fere de morte" um dos princípios basilares do IRS. Em rigor, apenas no caso dos funcionários públicos é que a questão não se põe, porque estes irão receber o subsídio em duodécimos.

Se a proposta tiver luz verde, terá de ser entregue até dia 16

Todos os meses

Vantagens

Para os cofres do Estado, o pagamento da sobretaxa em "prestações mensais" permite-lhe antecipar uma receita fiscal que só deveria chegar quando os contribuintes recebem o pagamento dos valores em causa. Desta forma, a "capacidade" financeira mensal do Estado aumenta.

Desvantagens

Para a generalidade dos trabalhadores por conta de outrem e pensionistas, o pagamento da sobretaxa a um ritmo mensal vai diminuir-lhes ainda mais o rendimento disponível, que em 2013 já será fortemente afetado pelo ajustamento previsto para as tabelas de retenção na fonte do IRS.

Casal com receita de mil euros paga 8,71€

Casal com um rendimento mensal bruto de mil euros cada (cerca de 855 euros líquidos) paga cada um 122,10 euros de sobretaxa se esta for cobrada de uma só vez ou, então, 8,71 euros por mês

No subsídio

Vantagens

A repetição do esquema usado em 2011 (com a sobretaxa de 3,5%) terá vantagens para as famílias porque verão o seu salário mensal "encolher" ligeiramente menos. Para as empresas – sobre quem recai a obrigação de reter a taxa –, fazer a operação de uma vez só será também mais fácil.

Desvantagens

Para o Estado, diferir para o momento do pagamento do subsídio de Natal a cobrança da sobretaxa de 4% tem a vantagem de fazer que durante o ano não possa dispor do "fundo de manêio" pretendido com este acréscimo do IRS. O valor será o mesmo, mas apenas chegará no final do ano.

Casal com receita de mil euros paga 122,10€

Um solteiro com um rendimento mensal de dois mil euros brutos (cerca de 1400 euros líquidos) paga 684,24 euros de sobretaxa se esta for cobrada de uma só vez ou 48,87 euros se esta for mensal

Próximos 5 anos podem trazer mais austeridade

AJUSTAMENTO O Conselho de Finanças Públicas (CFP) deu a razão a Angela Merkel por dizer que os próximos anos serão de esforços. Teodora Cardoso defendeu ontem que Portugal precisa de vários anos para corrigir as finanças públicas. Cinco, propõe, é "um prazo perfeitamente normal". A economista diz que "se serão de austeridade, só depende de nós", mas, por outro lado, o presidente do Conselho Económico e Social, Silva Peneda, admite que só é possível evitar mais medidas através de uma renegociação com a *troika*.

Ontem, na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, o Governo foi acusado de demasiado otimismo nas previsões que sustentam o Orçamento do Estado. A presidente do CFP sublinhou que o Governo tem de fazer uma revisão profunda na despesa através da construção de critérios claros. A economista enunciou o corte de quatro mil milhões de euros que o Governo terá de levar a cabo nos próximos dois anos para dizer que a estratégia "tem de ser bem pensada". "Não devemos, à partida, definir que é por aí [montante] que o ajustamento deve ir. A revisão das despesas é um processo que vários países fazem", disse. Além disso, afirmou, "temos de ver até que ponto o País tem condições para avançar com esses cortes. Não podemos continuar a fazer cortes horizontais". A.M.P.

CRISE

CES estima recessão de 2% em 2013

» No ano que vem, a recessão não será de apenas 1%, como o Governo previu, mas de 2%, avisa o Conselho Económico e Social. Ouvido ontem no Parlamento, o conselheiro Adriano Pimpão lembrou que tudo no próximo Orçamento do Estado aponta para uma nova contração da economia.

"Estimo que será pelo menos -2%. Faço-o com base nos dados do Orçamento, nas medidas de consolidação orçamental que vêm no relatório, e com a informação que o senhor ministro das Finanças deu, de um multiplicador de 0,8%", disse o economista, que falava no debate na especialidade do Orçamento para 2013.